

1
2
3 CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO
4 BERNARDO DO CAMPO
5

6
7 ATA CMDCA 792ª RE

8 Aos sete dias do mês de agosto de dois mil e vinte e quatro, realizou-se de modo presencial a reunião
9 extraordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescentes. Estiveram
10 presentes os seguintes Conselheiros: Tatiana Mariana C. de Freitas, Simone Alves da Silva, Érica
11 Alessandra de Santana Colasso, Everton Marcello C. B. de Vasconcelos, Nayara Beloite Maia,
12 Sebastião Domingos da S. Filho, Sérgio Luís Postal, Ariane Bravin, Neide dos Santos Brentegani,
13 Vera Lúcia de Oliveira, Sérgio Luís Postal, Anderson Lopes Menezes, Mônica Mendes Alves Ribeiro;
14 como convidados/observadores: Jean Valadares, Eleni de J. Santos, Cleudiane Sousa, Fabiana
15 Nunes de Faria, Vera Lúcia do Carmo Silva, Paulo Inácio Júnior, Micheline Gomes, Cibele Laurencia,
16 Thiago Gonzaga da Palma, Aline Cristina R. Bezerra, Célia Marina Santos, Bruno Ricci , Ana Paula
17 da Mota Borges, Roberta Alonso Nunes. 1) Abertura: Na abertura da reunião às 10h35 minutos a
18 Sra. Érica Alessandra, segunda secretária do CMDCA cumprimenta a todos os presentes e solicita a
19 chamada para verificação do quórum para início da reunião. A Sra. Mônica secretária executiva
20 informa que temos quórum de 13 conselheiros do CMDCA. Passa-se para a o item: 2) Justificativa
21 de ausência de conselheiros: São apresentadas as justificativas de ausência dos seguintes
22 conselheiros: Sílvia de Araújo Donnini, Geraldo Reple, Júlia Benício, João Abukater Neto, Carlos
23 Alberto Garcia Romero, Leila Dalila Gomes de Souza, Cátia Rodrigues de S. Prometi, Paula
24 Francinete Lopes Costa, Roseli Maria Moraes Ortega Aronchi (compromisso profissional), Ércule
25 Alfredo Notte, Maria de Fátima Sanchez e Matheus Basilone P. Teixeira Ferreira (férias), Abgair Maria
26 L. de Oliveira (licença nojo), as justificativas devem ser enviadas ao e-mail para a secretaria executiva
27 do CMDCA para que ela possa então fazer as devidas anotações, justificadas as ausências.. Foram
28 aprovadas por 12 votos a justificativa de ausências dos Conselheiros do CMDCA. Passou-se para o
29 item da pauta: A Pauta Única: Prestação de Contas do Conselho Tutelar I, II e III. E como foi solicitado
30 para dividir a apresentação em três partes, um para cada Conselho Tutelar. A apresentação é iniciada
31 pela Sra. Vera Conselheira Tutelar representando a área I. O Conselho Tutelar inicia muito antes,
32 ele tem todo um trabalho que não são apenas números, aquele atendimento onde recebemos e
33 apoiamos as famílias, identificando os direitos violados e pensando nas ações a serem tomadas e as
34 requisições necessárias, as vezes a gente pensa em números, mas além dos números tem pessoas
35 em situações muito vulneráveis. Gostaria que mantivessem isso em mente. Os ofícios recebidos são
36 aqueles que vem de todos os setores, tanto municipais quanto estaduais, MP, TJ e de outras
37 demandas. Segue-se com a leitura e explicação do gráfico da Educação Municipal, os ofícios são
38 normalmente enviados pelas escolas por evasão, baixa frequência ou violência, cometidas pela
39 criança ou contra ela pela família. Nós separamos por grau de seriedade. Da saúde geralmente

40 também são ofícios de violência contra a criança, que a secretaria recebe e nos oficializa. O Disque
41 100 também tem uma alta demanda. Nós vamos ao local onde a família mora e notificamos a família
42 por escrito, marcando uma data para que sejam ouvidas. O Total foi de 1303 ofícios que recebemos.
43 Em questão de Ofícios expedidos, encaminhamos total de 649 ofícios, em sua maioria para a
44 Educação, SAS (violências), MP/TJ em quarto lugar a SAS (conflito familiar). A demanda espontânea
45 é quando o cidadão vai até o Conselho para sanar suas demandas, nós tivemos 1094 pessoas
46 nesses 6 meses, sendo que, separando por bairro, o Montanhão II foi a principal com 337, em seguida
47 foi realizada a leitura das outras informações do slide. Eles nos procuram com uma demanda de
48 creche, período integral, vaga em escola, etc. Infelizmente a demanda espontânea que deveria ser
49 reivindicada, que é o direito a lazer, esporte e cultura, eles desconhecem esse direito, vindo mais por
50 demanda de escola, transporte, requisição de documentos. Foi apresentada a leitura do quadro geral
51 de prestação de contas. A educação em tempo integral é uma grande demanda, mas ainda não é lei
52 no município, então temos muito requerimento, pois é uma política que é ofertada para alguns, mas
53 não para todos. Para prosseguimento a Sra. Érica convida o Sr. Jean conselheiro Tutelar
54 representando a área II. Vou apresentar aqui os nossos números de atendimento do período de 01
55 de janeiro até 10 de julho. Está prevista a prestação de contas em lei, foi realizada a leitura do slide.
56 Aqui os atendimentos realizados por notificação e demanda espontânea foi separado por região, com
57 total de 1110 casos. A tipificação, quando os casos chegam, a gente confere para saber se houve
58 violação de direito. Total de casos tipificados foi 931, sendo que o maior número destes é conflito
59 familiar, com 93 casos. Como a Vera colocou, o ensino integral é necessário, mas as mães
60 trabalhadoras não estão inclusas nessa política, que ainda não é um direito garantido por lei, mas
61 esperamos conseguir superar essa defasagem. Desses casos, a gente identifica, porque o caso vem
62 por evasão escolar, por exemplo, mas ao investigar, descobrimos tentativa de suicídio, por exemplo,
63 então precisa-se identificar. Dos ofícios enviados, com um total de 472 ofícios, 49 desses documentos
64 enviados para TJ e MP. Os ofícios recebidos no sistema de garantia de direito totalizam 1336 segue-
65 se com a leitura do slide. Até para resumir, as apresentações são parecidas, os dados são os mesmos
66 já apresentados. Em seguida passou-se para a apresentação do CT III. Agradeço o convite para fazer
67 explanação da nossa prestação de contas. E agradecer aos nossos coordenadores. Com respeito
68 aos atendimentos de demanda espontânea, destacando o caso da educação, que demanda a grande
69 maioria dos casos, a questão da violência e a questão de documentos. Tivemos um total de 984
70 atendimentos. Em respeito aos ofícios recebidos, tivemos total de 1102, sendo a principal
71 encaminhada a Educação. Com respeito aos ofícios expedidos, tivemos um total de 633. Agora
72 falando com respeito aos atendimentos regionais, tivemos um total de 418 atendimentos na região
73 Battistini-Demarchi. Como a Sra. Vera explanou, em um conflito familiar é identificada diversas
74 demandas e encaminhamentos necessários. Em cada região, os tipos de demanda são bem
75 semelhantes. Em seguida a Sra. Célia Conselheira Tutelar da área III cumprimenta a todos. Vamos
76 trazer uma reflexão e vamos falar diretamente de acolhimento institucional. Porque nos trouxe
77 preocupação de falar de acolhimento. No ano passado na nossa prestação de contas, fizemos 17

78 acolhimentos. É um acolhimento, mas as vezes são quatro crianças, é um acolhimento. Para nós
79 conta como um, mas o número de crianças é muitas vezes maior. A Sra. Érica pergunta porque vocês
80 contam por procedimentos? A Sra. Célia responde que é isso mesmo. Vou falar como está a situação
81 de acolhimentos hoje. A casa de passagem tem capacidade de até 20 acolhidos e as crianças devem
82 passar no máximo 20 dias, depois elas vão aos SAICAS, onde podem ficar entre um e dois anos,
83 passando disso tem de ter uma motivação muito boa para tal. Em SBC temos abrigos institucionais
84 e as casas lar, sendo que a casa lar é apenas da Pequeno Leão, que tem maior capacidade. As
85 demais têm apenas capacidade para 20 crianças. Sendo levantada pelo Conselho Tutelar a questão
86 da falta da Família Acolhedora como política pública e ressaltando a situação atual dos abrigos. A
87 conselheira Erica Colasso pontuou que é uma bandeira do CMDCA e que o Conselho precisa
88 mobilizar-se para que haja previsão orçamentária para esse projeto no ano seguinte. O representante
89 do Conselho Tutelar mencionou ainda que não tem em São Bernardo do Campo a república, pois
90 depois dos 18 anos, o que fazemos com esses adolescentes? Falando da família acolhedora, tivemos
91 um projeto da Ficar de Bem. Sabemos que tem um nicho. O instituto fazendo história é quem faz
92 esse atendimento. Na formação que tivemos, a formadora trouxe estudo feito na Alemanha,
93 comparando o desenvolvimento cerebral de crianças que passaram por família acolhedora, sendo
94 similar ao das crianças em sua família natural, o que não ocorre em serviços regulares de
95 acolhimento, onde há rotatividade do acolhimento. A Conselheira Simone acrescenta que, na questão
96 das repúblicas já houve chamamento público, sendo que, na primeira ocasião não houve adesão,
97 sendo realizado outro em data posterior. Devido a questão do tempo limitado para a reunião foi
98 ponderada a possibilidade de realizar-se outra reunião extraordinária com o intuito de discutir essas
99 políticas.

100 É importante refletir sobre o acolhimento institucional. Dito isso, trazemos a reflexão: o trabalho em
101 rede evita esse acolhimento institucional, quando estamos em um caso a gente percebe a presença
102 forte do Conselho Tutelar e Educação e sentimos falta da Saúde, da Assistência, mas a gente não
103 deveria. A Assistência trabalha no mesmo nicho da Saúde, a baixa, a média e alta. Nós do Conselho
104 Tutelar, sentimos falta da básica, que é o CRAS, então a gente muitas vezes discute os casos com
105 a média e alta (complexidade). A Sra. Érica pergunta se há alguma consideração, não havendo
106 agradece a todos os presentes. **Encerramento:** Não havendo mais nada a ser tratado, a Sra. Érica
107 Alessandra de Santana Colasso dá por encerrada a reunião às 11 horas 33 minutos. Secretária
108 Executiva do CMDCA secretaria esta reunião, sendo a Ata lavrada pela Sra. Mônica Carafa Lira, a
109 qual assina juntamente com a Sra. Érica Alessandra segunda secretária do CMDCA/SBC e com Sra.
110 Leila Dalila Gomes de Souza, primeira secretária do CMDCA/SBC.